

As estratégias político-pedagógicas das políticas de avaliação no contexto da avaliação educacional

The political-pedagogical strategies of assessment policies in the context of educational evaluation

Givanildo das Silva

Alessandra de Moura Mendonça

Vinícius André da Silva Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maceió/AL - Brasil

Resumo

As políticas de avaliação estão presentes no cenário da educação brasileira desde a década de 1990. O objetivo da pesquisa foi conhecer as produções acadêmicas que tratam das políticas de avaliação na educação básica no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, na última década (2014-2024), e refletir acerca dos resultados dialogando com as suas repercussões e os encaminhamentos para a educação básica. A metodologia esteve centrada em uma abordagem qualitativa (Minayo, 2022), com objetivo exploratório (Gil, 2022); como técnica de pesquisa, foi utilizada a Revisão Sistemática da Literatura. Os resultados evidenciaram que o paradigma de educação em vigência, pautado pelas políticas de avaliação, está em sintonia com a lógica capitalista, cujo projeto político-pedagógico tem por objetivo a manutenção do sistema, perpetuando uma sociedade desigual e excludente. Além disso, há um empobrecimento de práticas educativas que negam o direito à educação integral aos filhos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Políticas de avaliação; Avaliação educacional; Políticas educacionais.

Abstract

Assessment policies have been present in the Brazilian education scene since the 1990s. The aim of this research was to identify the academic productions that deal with assessment policies in basic education in the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Alagoas, in the last decade (2014-2024), and to reflect on the results by dialoguing with their repercussions and impact to the basic education. The methodology was centered on a qualitative approach (Minayo, 2022), with an exploratory objective (Gil, 2022); as a research technique, the Systematic Literature Review was used. The results showed us that the current education paradigm, based on assessment policies, is in line with the capitalist logic, whose political-pedagogical project aims to maintain the system, perpetuating an unequal and excluding society. In addition, there is an impoverishment of educational practices that deny the right to comprehensive education to the children of the working class.

Palavras-chave: Assessment policies; Educational evaluation; Educational policies.

Introdução

As políticas de avaliação estão presentes no cenário da educação brasileira desde a década de 1990. A sua intensificação é um fenômeno nacional que, desde 2007, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), repercute na forma de trabalho dos profissionais da educação e direciona caminhos a serem vivenciados pelas escolas (Libâneo, 2018), de modo que o paradigma de educação posto é centrado em dimensões político-pedagógicas da avaliação educacional com foco na obsessão avaliativa (Afonso, 2007).

Nesse sentido, o Estado Avaliador designa ações político-pedagógicas para a educação, resultado de acordos planejados globalmente, os quais determinam o modelo de educação a ser vivenciado em diferentes realidades, diante de uma lógica padronizada e globalizada. De acordo com Afonso (2013), o Estado Avaliador se configurou, em fases distintas, de diferentes formas, congregando três importantes períodos que repercutem na organização político-pedagógica da educação.

A primeira fase está centrada em governos cujas características são pautadas no conservadorismo e no neoliberalismo. De acordo com Afonso (2013), os Estados Unidos da América e a Inglaterra, nas décadas de 1970 e 1980, foram os precursores desta primeira fase. Assim, “a adoção de políticas de avaliação (incluindo a avaliação em larga escala no interior de um mesmo país) dependeu, em grande medida, de uma expressiva autonomia relativa dos Estados nacionais, ou, mesmo, da autonomia relativa de Estados enquanto unidades de uma federação” (Afonso, 2013, p. 271).

De modo geral, na primeira fase do Estado Avaliador, na visão de Afonso (2013), os países centrais do capitalismo tinham como ênfase a competitividade e a inovação tecnológica; o aumento do controle do espaço público pelo Estado e, no caso da escola pública, a centralização e a padronização do currículo; a introdução de práticas de competição, de premiação e de ranqueamento, a partir dos resultados dos testes estandardizados. O Estado Avaliador, nessa fase, evidenciou ações “em contexto de globalização vinculados muito fortemente às transformações socioeconômicas, tecendo e intensificando novas relações entre o nacional e o global” (Afonso, 2013, p. 274).

A segunda fase do Estado Avaliador, na concepção de Afonso (2013), centra-se na década de 1990 até os anos 2000, tendo como principal referência, a presença das organizações internacionais¹, em diferentes países, no processo de orientação e

desenvolvimento das políticas para o campo da educação. Nessa fase, “várias dezenas de Estados, independentemente das suas orientações político-ideológicas, participam ou interferem ativamente, de formas diversas, na construção de um sistema de indicadores e de avaliação comparada internacional em larga escala” (Afonso, 2013, p. 274).

A avaliação educacional tornou-se, nessa configuração, um campo científico de desenvolvimento de regras, de controle, de compromisso político-pedagógico, de regulação global, nacional e local comparada, mediante as avaliações em caráter macro, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), e micro, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em relação à terceira fase do Estado Avaliador, Afonso (2019) salienta que a centralização da avaliação educacional ainda permanece, englobando novos atores no cenário da política, como os empresários, os institutos e as fundações privadas no processo de mercantilização da educação. Nessa perspectiva, o Estado Avaliador é congruente com os modelos de regulação no campo da educação, a partir da existência de parcerias “cada vez maiores nos países, relacionada à mudança de uma regulação baseada em objetivos definidos a priori para uma regulação fundamentada em resultados” (Afonso, 2019, p. 8).

Atuando como um instrumento de regulação (Afonso, 2019), procedimentos de avaliação educacional protagonizaram estratégias político-pedagógicas em um contexto global, cujas sinalizações de qualidade para o campo educacional são os resultados dos testes padronizados, tendo o Estado, enquanto aparelho político-administrativo, como facilitador do processo. Nesse sentido, as distintas fases do Estado Avaliador se complementam e avançam para o cenário político-pedagógico de centralização das avaliações e do currículo como dimensões necessárias para o alcance de um modelo de educação referenciado globalmente, a partir dos preceitos do mercado.

O objetivo da pesquisa foi conhecer as produções acadêmicas que tratam das políticas de avaliação na educação básica no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, na última década (2014-2024), e refletir acerca dos resultados dialogando com as suas repercussões e os encaminhamentos para a educação básica. O ponto de partida foi a compreensão do Estado como aparelho político-administrativo, cuja função está centrada na regulação da educação no contexto nacional, a partir das orientações político-pedagógicas internacionais (Afonso, 2019).

A metodologia esteve centrada em uma abordagem qualitativa (Minayo, 2022), com objetivo exploratório (Gil, 2022); como técnica de pesquisa, foi utilizada a Revisão Sistemática da Literatura. Para Brizola e Fantin (2016, p. 25), a Revisão Sistemática da Literatura refere-se à “junção de ideias de diferentes autores sobre determinado tema, conseguidas através de leituras, de pesquisas realizadas pelo pesquisador. A revisão da literatura é, neste sentido, a documentação feita pelo pesquisador sobre o trabalho, a pesquisa que está se propondo a fazer”.

Esta técnica de pesquisa destaca-se como importante e necessária para a pesquisa exploratória, uma vez que “por ser um diálogo feito entre o pesquisador-escritor do trabalho e os autores por ele escolhidos para debater a temática, resulta em um texto analítico e crítico das ideias estudadas sobre a temática escolhida para o trabalho” (Brizola; Fantin, 2016, p. 25).

A seleção para compor o grupo de teses e dissertações desta pesquisa se deu por ser concluída na última década (2014/2024). Justifica-se este marco temporal por ser um período de amadurecimento das orientações político-pedagógicas no contexto da avaliação e pelo fato da realização de se ter o maior número de pesquisas no local analisado. Foi definido para o levantamento das pesquisas o portal de busca Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas (RIUFAL). O critério de inclusão de teses e dissertações foi estudos desenvolvidos no eixo da educação básica, vinculados e desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da referida universidade. Durante a realização da busca, foram encontradas pesquisas que não integravam o desenho/recorte do estudo, com isso, utilizamos critérios de exclusão: políticas de avaliação no ensino superior e pesquisas que tratavam da temática, mas estavam integradas a outros Programas de Pós-Graduação da universidade.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas iniciou suas atividades formativas em 2001, ofertando o curso de mestrado. É o único Programa acadêmico em Educação do estado de Alagoas. Atualmente, está estruturado em 3 (três) linhas: 1) Políticas, Culturas e Currículos; 2) Inclusão, Diversidades e Sujeitos; 3) Educação, Linguagens e Tecnologias. As pesquisas encontradas com foco no contexto das avaliações estão inseridas na linha Políticas, Culturas e Currículos.

O artigo está estruturado em quatro seções que se completam. A primeira é composta desta introdução. Na segunda, evidenciam-se as pesquisas selecionadas para a composição

deste trabalho, considerando os principais elementos que sintetizam o desenho teórico-metodológico e os resultados de cada estudo. Na terceira seção, dialoga-se sobre os resultados das pesquisas, sistematizando reflexões para o campo das políticas de avaliação. E, por fim, as considerações finais.

As pesquisas que tratam de políticas de Avaliação

Para a sistematização das pesquisas que tratam das políticas de avaliação, utilizou-se os descritores: a) políticas de avaliação; b) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; e, c) políticas de responsabilização. Na primeira categoria de busca, foram encontradas 17 teses e 41 dissertações, seguindo os critérios de inclusão estabelecidos, apenas 3 teses foram selecionadas. Na categoria Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foram encontrados 3 teses e 11 dissertações, destas 4 foram incluídas. Para o descritor políticas de responsabilização, foram encontradas 6 dissertações, apenas 1 estudo foi selecionado. O quadro 1 sistematiza as principais informações das pesquisas selecionadas:

Quadro 1: Mapeamento da produção acadêmica sobre políticas de avaliação no PPGE/UFAL (2014/2024)

TÍTULO DA PESQUISA	AUTOR	TIPO	ANO
A gestão pedagógica e o Ideb: metamorfoses na sala de aula	SILVA, Simone da Costa	Dissertação	2015
Avaliações em larga escala e o novo gerencialismo na educação: atuação do gestor educacional em Alagoas	VIEIRA, Izabella da Silva	Tese	2017
Novo gerencialismo e o gerente educacional no contexto do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco: uma análise na ótica da governamentalidade	ROCHA, Paula Rejane Lisboa da	Tese	2017
A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos – AL	SANTOS, Karla de Oliveira	Tese	2018
O estilo profissional docente: a interferência do Ideb na atividade de duas professoras em Maceió – AL	ROSÁRIO, Elaine de Holanda	Tese	2019
O Ideb e a atuação do gestor escolar na rede estadual de ensino de Alagoas	MELO, Fernanda Karina Souto Maior de	Dissertação	2023
O Bônus de Desempenho Educacional do estado de Pernambuco: a realidade em escolas estaduais na cidade de Garanhuns	FERREIRA, Viviane Maria da Silva	Dissertação	2023
Implicações dos dispositivos de <i>accountability</i> para o trabalho docente na educação municipal de Maceió	SILVA, Edva Emanuelle Gomes da	Dissertação	2024

Fonte: Elaboração dos autores.

A primeira pesquisa, realizada por Silva (2015), trata da gestão pedagógica e do Ideb. Teve como objetivo refletir sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, como

As estratégias político-pedagógicas das políticas de avaliação no contexto da avaliação educacional

uma política característica de intervenção no trabalho pedagógico coerente com as novas demandas do capitalismo, que requer a reformulação das suas funções do aparelho estatal. Além disso, analisou como a gestão pedagógica e os professores vêm articulando a sua prática pedagógica com as habilidades exigidas no Ideb, buscando compreender quais as metamorfoses que ocorrem ou não na sala de aula.

A metodologia desenvolvida por Silva (2015) foi baseada nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sendo a Análise do Conteúdo o procedimento adotado para a apreciação dos dados. Teve como participantes de pesquisa gestores educacionais da rede de ensino municipal de Maceió, no estado de Alagoas.

A partir do desenvolvimento da pesquisa e da análise de dados, foi apresentado como resultado que o Ideb, como parte de uma política estratégica de um Estado mínimo e ao mesmo tempo interventor, vem se configurando como um modelo para a organização do trabalho educacional desenvolvido nas escolas a partir da construção de competências e habilidades. Há, ainda, a priorização das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e a aprovação de uma massa de estudantes que precisariam de mais tempo para aprender, provocando, assim, diversas metamorfoses na gestão pedagógica escolar.

O segundo estudo, realizado por Vieira (2017), cujo título foi “Avaliações em larga escala e o novo gerencialismo na educação: atuação do gestor educacional em Alagoas”, tendo por objetivo compreender como os gestores educacionais avaliam a importância das avaliações em larga escala sobre a sua própria atuação e a comunidade escolar. Além disso, destacam-se a análise de como o estado de Alagoas tem incorporado e respondido à utilização do Ideb como regulador de novas políticas para a melhoria da qualidade da educação do estado; e evidenciou como os gestores regionais percebem as expectativas de elevar os índices das escolas que estão sob sua responsabilidade na região de sua competência.

O cunho metodológico do estudo perpassou pelo viés qualitativo e a ferramenta metodológica adotada para o tratamento dos resultados foi a Análise do Discurso, na perspectiva Foucaultiana. Os sujeitos da pesquisa foram sete gestores que assumiram, em 2015, as Gerências Regionais de Educação, em virtude da pontuação alcançada no Ideb nas escolas em que estavam como gestores escolares, no referido ano.

Como conclusão desse estudo, Vieira (2017) destacou que o modelo gerencialista de educação, com seus índices e seus *rankings*, tem sido defendido nas políticas estaduais e

imposto para as escolas, em um alinhamento de divulgação de resultados, premiação, interlocução com o financiamento. Assim, não sobra espaço para modelos alternativos de gestão, na perspectiva de participação social, que se escute quais os anseios da comunidade e permita a discussão de novos parâmetros de qualidade da educação pública alternativos ao modelo do Ideb. A lógica do gerencialismo prevalece, mediante a busca incansável e inatingível da qualidade pautada pelo viés quantitativo, em uma tentativa de comparar o estado a outros, com perspectivas cultural, social, econômica e educacional diferentes.

A terceira pesquisa, realizada por Rocha (2017), teve como objeto o gerencialismo, a partir do papel do gerente educacional no contexto do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco, por meio da ótica da Política de Modernização da Gestão Educacional do estado. O objetivo da pesquisa esteve centrado na análise dos efeitos da Política do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco na produção e condução do gestor-gerente responsabilizado e autorresponsabilizado pela gestão de resultados da escola.

O trabalho foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, mediante a pesquisa documental, sendo a Análise do Discurso, na perspectiva foucaultiana, a referência para a interpretação dos dados analisados, tendo recortes dos discursos extraídos dos próprios documentos do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco.

Como resultados, Rocha (2017) mostra que o curso do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco está alinhado à Política de Modernização da Gestão Educacional. A formação visa inculcar nos gestores estratégias de melhorias para os resultados educacionais, por meio do planejamento estratégico do governo, elevando as metas das avaliações externas, sobretudo do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco, cuja ênfase está na performatividade, na responsabilização profissional e no desempenho numérico das escolas.

Santos (2018) foi o quarto trabalho analisado. O título da pesquisa foi “A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos – AL”, tendo como objetivo de pesquisa compreender como crianças do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, percebem sua participação nas políticas de avaliações educacionais. Além disso,

problematizou a participação das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental desta mesma escola na Prova Brasil.

O desenho metodológico da pesquisa esteve pautado em caráter qualitativo, tendo como técnica o estudo de caso. Os resultados foram tratados à luz da Análise do Discurso, na perspectiva de Michel Foucault. Os participantes da pesquisa foram crianças matriculadas no 5º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com Santos (2018), os resultados da pesquisa apontam que as crianças do 5º ano do Ensino Fundamental, participantes e envolvidas diretamente nos resultados, têm um investimento em suas subjetividades, sendo submetidas às estratégias de governo, controle e assujeitamento. Ressalta-se, ainda, o teor da participação acrítica das crianças nas avaliações externas, repercutindo no processo de ensino e de aprendizagem.

A quinta pesquisa, realizada por Rosário (2019), teve como título “O estilo profissional docente: a interferência do Ideb na atividade de duas professoras em Maceió - AL”. O objetivo da pesquisa foi investigar as possíveis influências do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no estilo profissional de duas professoras da rede pública de Maceió. A metodologia foi centrada na abordagem qualitativa e, como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas com duas professoras, sessões de observações, filmagens e autoconfrontações simples.

Como resultados da pesquisa, Rosário (2019) destaca que a professora que atua na escola com alto Ideb, busca adequar seu estilo profissional ao modelo gerencial, a fim de continuar alcançando resultados positivos, considerando ser um caminho de melhoria para a educação; Já a professora que atua na escola com baixo Ideb, não tem os direcionamentos político-pedagógicos da cultura da avaliação como referência, apresentando críticas ao modelo educacional e afirmando que a qualidade da educação não pode ser vislumbrada apenas pelos resultados do Ideb.

O sexto estudo, efetuado por Melo (2023), é identificado pelo título “O Ideb e a atuação do gestor escolar na rede estadual de ensino de Alagoas”. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a atuação dos gestores escolares e a sua incidência para o resultado do Ideb nas escolas da 2ª GERE da Rede Estadual de Alagoas. O estudo ainda apresenta como objetivos específicos: (1) investigar as interferências do Ideb na prática da atuação dos gestores escolares; (2) refletir sobre as atribuições dos gestores escolares e as cobranças por

resultado do Ideb; (3) compreender a atuação dos gestores escolares na concretização de estratégias utilizadas para o alcance das notas projetadas; e, por fim, (4) analisar a visão dos gestores escolares sobre a qualidade da educação postas nas políticas educacionais, tendo como referência o Ideb.

A pesquisa apresenta um desenho metodológico mediado pela pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se do estudo de caso como técnica de pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário on-line com quinze gestores escolares e, para complementar a investigação, uma entrevista semiestruturada com a gerente regional da 2ª GERE. Os resultados da pesquisa foram discutidos à luz da Análise de Conteúdo.

A pesquisa realizada por Melo (2023) evidenciou que o Ideb interfere na forma que a equipe gestora atua na escola; as atribuições dos gestores foram ampliadas para atender as expectativas das políticas educacionais vigentes, pautadas em perspectivas gerenciais e mercadológicas; para alcançar resultado satisfatório nas avaliações externas, a gestão escolar utiliza de estratégias e mecanismos que estão em sintonia com as políticas e orientações globais do mercado; e existem diferentes percepções, dos gestores escolares, quanto à qualidade da educação. A pesquisa mostrou, ainda, que as estratégias que os gestores e as escolas se utilizam para alcançar a meta pactuada, surgem a partir da pressão dos órgãos superiores que orientam e monitoram as escolas, como GERE e Secretaria de Estado da Educação, para que atinjam a nota vislumbrada pelo Ideb, e como os gestores escolares contribuem para o enraizamento do gerencialismo nas orientações políticas da rede estadual de Alagoas.

Ferreira (2023) foi o sétimo trabalho analisado. O título da pesquisa foi “O Bônus de desempenho educacional do Estado de Pernambuco: a realidade em escolas estaduais na cidade de Garanhuns”, tendo como objetivo de pesquisa, analisar os efeitos do Bônus de Desempenho Educacional no trabalho de professores da Rede Estadual de Ensino, no estado de Pernambuco.

O desenho metodológico da pesquisa baseou-se a partir de uma pesquisa qualitativa e, como técnica de pesquisa, foi utilizado o estudo de casos múltiplos. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de duas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, na cidade de Garanhuns, no estado de Pernambuco. O critério para a escolha das escolas foi uma que apresentou bons resultados no Sistema de Avaliação

da Educação Básica e no Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco nas últimas edições e, outra escola que demonstrou o resultado oposto.

Ferreira (2023) apresentou, como resultado de pesquisa, que o Bônus de Desempenho Educacional é um instrumento do governo que estimula os profissionais a responderem positivamente à política de bonificação, trazendo, para si, a responsabilidade por bons resultados educacionais. O Bônus de Desempenho Educacional influencia diretamente na prática profissionais da educação, designando para um padrão mercadológico que busca melhorias nos indicadores educacionais, associando a qualidade educacional, acreditando assim que os resultados mostram a qualidade do ensino. O estudo também mostrou que os professores enfrentam desafios que prejudicam o desenvolvimento da profissão e que o ensino é reduzido a uma transmissão de conteúdos subordinados aos testes externos.

Por último, o oitavo estudo, realizado por Silva (2024), cujo tema foi “Implicações dos dispositivos de *accountability* para o trabalho docente na educação municipal de Maceió”, teve como objetivo analisar as implicações dos dispositivos de avaliação, de prestação de contas e de responsabilização para o trabalho docente na educação municipal de Maceió. A problemática que norteou a pesquisa de Silva (2024) foi expressa na questão, quais as implicações dos dispositivos de *accountability* para o trabalho docente realizado na educação municipal de Maceió?

O estudo de Silva (2024) foi desenvolvido por meio das metodologias de revisão de literatura, em pesquisas bibliográfica e documental, e pesquisa de campo em duas escolas municipais de Maceió, que oferecem, respectivamente, turmas de 5º e de 9º ano do ensino fundamental, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com uma professora do 5º ano, um professor de Matemática do 9º ano e as coordenadoras pedagógicas que atuam nesses dois anos escolares. Foi empreendida a técnica de Análise de Conteúdo, fundamentada em Bardin, tendo como método que orientou a pesquisa o materialismo histórico-dialético, utilizado a partir da abordagem qualitativa.

Os resultados da pesquisa de Silva (2024), evidenciaram que os pilares da *accountability* – avaliação, prestação de contas e responsabilização – estão presentes nas orientações político-pedagógicas na rede municipal de Maceió, sendo utilizados pelos profissionais, com a finalidade das escolas obterem resultados positivos no Ideb. Assim, a pesquisa revelou que os dispositivos de *accountability* têm ocasionado implicações para o trabalho docente, como

a orientação de práticas baseadas na regulação por resultados, a responsabilização branda dos professores pelos resultados nas avaliações, e os limites à autonomia docente na organização do seu trabalho e em sua atuação profissional.

Reflexões sobre o campo das políticas de Avaliação

A discussão sobre os resultados das pesquisas que tratam sobre as políticas de avaliação no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas apresenta evidências importantes para a análise da conjuntura nacional e internacional, mediante o modelo de educação com o viés mercadológico, apontado como direcionamento político-social. Na conjuntura da pesquisa, recorte temporal de uma década, a partir dos oito trabalhos evidenciados, elementos relevantes foram apontados e merecem atenção para reflexões globais sobre as temáticas.

As orientações do Estado Avaliador foram evidenciadas na pesquisa de Silva (2015), como estratégias da concepção político-neoliberal de educação, na perspectiva de configuração de um arcabouço cuja estrutura do Estado encaminha práticas de intervenção para o contexto educacional. As orientações resultam do gerencialismo que tem como premissas para o cenário da educação a ênfase da lógica do mercado, mediados pela busca de resultados, a partir das avaliações externas (Vieira, 2017). Para Afonso (2007, p. 14), os exames padronizados são “dispositivos de controle por parte do Estado, relativamente ao que se ensina (e como se ensina) nas escolas públicas, e simultaneamente, promover pressões competitivas entre os estabelecimentos de ensino público”.

Nesse sentido, o Estado Avaliador, por meio das políticas globais, desenvolve políticas locais que estão alinhadas ao contexto da globalização, na perspectiva de dimensionar um modelo de educação que esteja centrado com as orientações internacionais, buscando por metas e resultados quantitativos, alinhados ao modelo gerencial (Rocha, 2017). No contexto das discussões sobre a redefinição do Estado, “os bens educativos públicos deveriam passar a integrar o conjunto de bens mercadorizáveis, pretendendo, assim, quebrar a vinculação histórica e democraticamente estabelecida entre a educação como direito e bem coletivo e a obrigação do Estado democrático” (Afonso, 2007, p. 15)

Na visão de Rosário (2019), o modelo gerencial interfere na forma de organização das propostas político-pedagógicas das escolas e no modo de operacionalizar a dinâmica escolar, rompendo com os preceitos de autonomia e de participação. Vieira (2017) sinaliza que a

As estratégias político-pedagógicas das políticas de avaliação no contexto da avaliação educacional

cultura da avaliação, nos moldes gerenciais, descaracteriza a escola como espaço de construção de saberes, pois há ênfase na gestão gerencial, pautada nos preceitos mercadológicos, em detrimento da gestão democrática, defendida nos documentos referenciais para a educação. Há, portanto, um controle sobre os resultados e os processos de condução da organização escolar, como estratégia do Estado Avaliador, sob o viés neoliberal (Afonso, 2014).

O padrão mercadológico, como destaca Ferreira (2023), está atrelado ao viés economicista da educação, preparando os estudantes, futuros trabalhadores, para atuarem em contextos acríticos, em espaços inadequados, tendo como referência a lógica da competitividade, da individualidade e da falta de consciência político-social. Assim, o Estado Avaliador, refluxo do neopositivismo (Afonso, 2014), “tem recuperado as velhas fórmulas dos exames nacionais, ainda que atualizadas em aspectos técnico-metodológicos e concretizadas através de instrumentos standardizados, supostamente mais válidos e fidedignos” (p. 489-490) para concretizar os anseios de ideologias político-pedagógicas nas orientações educacionais.

Nessa conjuntura, há uma linha tênue entre educação e mercado, uma vez que ambos estão entrelaçados por meio das orientações político-pedagógicas alinhadas ao contexto do capital. Para tanto, o Estado Avaliador “promove a recuperação e atualização de pressupostos e instrumentos positivistas e quantitativistas em avaliação, favorecendo, assim, a desvalorização social e política da complexidade dos processos sociais” (Afonso, 2007, p. 20).

Muitas são as estratégias evidenciadas pelo Estado, por meio de políticas, para garantir a centralidade das orientações político-pedagógicas, a partir do viés gerencial, concretizando ações e encaminhamentos no contexto da escola. Há, portanto, estratégias de governo com a finalidade de controle e assujeitamentos dos envolvidos (Santos, 2018), premiação aos profissionais que seguem à lógica do mercado (Vieira, 2017); cultura da avaliação, do ranqueamento e da competição (Vieira, 2017); bonificação como estratégia/instrumento do governo para pastorear os profissionais da educação (Santos, 2018; Ferreira, 2023); reorganização do processo organizativo das escolas para alcançar bons resultados nos testes padronizados (Silva, 2024).

As pesquisas em evidência apontam que o Ideb se tornou o centro do processo pedagógico, sendo a política organizativa da escola (Silva, 2015), contribuindo para a centralização do currículo e das disciplinas de língua portuguesa e matemática (Silva, 2015; Melo, 2023; Ferreira, 2023; Silva, 2024), além de construção de estratégias diversas para a aprovação “em massa” dos estudantes (Silva, 2015). A educação, inspirada na concepção política neoliberal, desenvolve ações que “aumenta o lodo Estado sobre as escolas, através, por exemplo dos currículos, bem como da definição competências essenciais em diferentes níveis de ensino, ou revalorizam-se e atualizam-se os dispositivos de inspeção e implementação de novas formas de avaliação” (Afonso, 2007, p. 16).

Na concepção de Silva (2015), há metamorfoses do espaço escolar e do processo de ensino e aprendizagem, mediada pela cultura da avaliação, a partir do modelo político-pedagógico do gerencialismo. Além disso, “verificou-se a criação de mecanismos de liberalização e de privatização, e a adoção de modelos de administração e gestão tecnocrática e profissional que conferiram uma maior autonomia processual e uma maior eficiência aos estabelecimentos de ensino públicos” (Afonso, 2007, p. 16).

As orientações da política educacional estão alinhadas aos preceitos neoliberais, repercutindo no processo de ensino e aprendizagem e na concepção de educação que está sendo construída, a partir da vivência coletiva nas escolas. Isso porque as políticas neoliberais, preocupadas em estabelecer uma configuração favorável ao mercado, retornam “o ensino disciplinador e meritocrático adequado aos princípios das manifestações do mercado educacional, revalorizando as disciplinas básicas como a língua materna, a matemática e os métodos da pedagogia tradicional” (Afonso, 2007, p. 16), para configurar um paradigma político-pedagógico que tem como centro os princípios do mercado.

Para a concretização dos anseios do paradigma de educação alinhado ao mercado, a formação dos profissionais da educação, seja ela inicial ou continuada, é uma via de inculcação político-pedagógica-ideológica na perspectiva de alcançar os resultados pretendidos. Nessa conjuntura, salienta-se a atuação dos institutos e fundações privadas, sobretudo na formação continuada, para que possam impulsionar hábitos e culturas para os resultados positivos do modelo educacional em pauta.

Para Afonso (2013), a terceira fase do Estado Avaliador configura-se com a presença de setores da sociedade que trazem para o campo da educação suas experiências e tentam

alinhar seus princípios ao contexto da escola pública. De acordo com o autor, a governança é a categoria que possibilita que o Estado, a Sociedade e as Fundações Privadas tenham uma relação harmônica no processo de desenvolvimento das políticas educacionais. Assim, “na definição da agenda educativa estão hoje envolvidos muitos e diferentes níveis e parceiros para além dos governos nacionais e das organizações supranacionais” (Afonso, 2019, p. 5).

Surge, nessa seara, a necessidade de inculcação ideológica da relevância das políticas de resultado para a escola, de modo que a performatividade dos profissionais da educação torna-se o elemento central para a ampliação e a consolidação do modelo político-pedagógico centrado na lógica do mercado, do neoliberalismo e do gerencialismo (Ball, 2002). As pesquisas analisadas apontam que a performatividade resulta na responsabilização dos profissionais da educação (Rocha, 2017; Melo, 2023; Ferreira, 2023), consequentemente, há intervenção no trabalho pedagógico e no estilo profissional (Rosário, 2019), a partir das orientações que chegam às escolas.

As intervenções político-pedagógicas resultam das orientações nacionais e locais para as escolas, intervindo na atuação docente, no planejamento e no modelo de avaliação a ser desenvolvido, na perspectiva de padronizar e mecanizar o processo de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, todos os agentes educacionais sofrem com as intervenções, de modo que a interferência aponta novas atribuições à equipe gestora (Melo, 2023), surgindo cobranças e pressão na performatividade docente e dos demais profissionais (Ferreira, 2023), por meio dos dispositivos que compõem os pilares da *accountability* – avaliação, prestação de contas e responsabilização (Silva, 2024).

O contexto das políticas de avaliação é complexo e apresenta mudanças no sentido da educação, impulsionando transformações para o trabalho docente e repercutindo no padrão de sociedade que está sendo construído. Os resultados das pesquisas mostram que os profissionais da educação são, na concepção gerencial, fundamentais para a concretização desse paradigma/padrão, portanto, a formação é o caminho para ampliar as possibilidades e as configurações político-pedagógicas. Nesse sentido, para Afonso (2002, p. 36), “uma ampla formação dos professores em avaliação se torna cada vez mais urgente para que estes profissionais possam ter oportunidades de refletir de uma forma mais sistemática e rigorosa sobre a complexidade e diversidade dos processos e instrumentos de avaliação”.

A ampliação da percepção do sentido da avaliação educacional para os múltiplos e complexos processos educativos é importante, uma vez que a avaliação da aprendizagem é uma dimensão político-didática que está presente em todas as ações educativas e, por meio dela, pode-se planejar e encontrar soluções para os desafios enfrentados no contexto do ensino e da aprendizagem. No entanto, quando as orientações político-pedagógicas estão pautadas apenas nos pilares da *accountability*, como sinaliza a pesquisa de Silva (2024), inviabilizam as possibilidades de vivência de uma referência educacional que protagonize o sentido polissêmico da educação e de sua qualidade.

As pesquisas de Rosário (2019) e Melo (2023) retratam como os profissionais da educação, docentes e gestores escolares, compreendem o sentido da qualidade da educação e como ela reverbera nas práticas educativas no chão da escola. O sentido da qualidade da educação é resultado do contexto no qual as escolas estão inseridas, tendo como referência a função social da escola/educação para o público local. Assim, a expressão qualidade da educação é polissêmica e complexa, pois não há apenas um sentido e/ou direcionamento.

No entanto, em meio às políticas educacionais, nota-se a contradição quando é apresentada a qualidade da educação a partir dos resultados dos testes padronizados internacionais e nacionais, tendo o PISA e o SAEB como referência, respectivamente. Na seara da complexidade e das contradições, a qualidade da educação fica restrita aos elementos quantitativos, resultando em uma lógica de competição, premiação, hierarquia e ranqueamento (Vieira, 2017) nos sistemas e redes educacionais.

Na perspectiva de Flach (2023), assim como as diversas áreas do campo político-educacional, a qualidade também é uma área permeada de interesses e disputas. No viés empresarial e mercadológico, a qualidade pauta-se em mecanismos unicamente quantitativos, cujo indicador perpassa pelos resultados das avaliações externas; enquanto que, na tendência da qualidade social, a discussão envereda pelo sentido atribuído à educação e às práticas educativas, bem como aos diferentes elementos que intervêm no contexto da prática pedagógica (formação e valorização profissional, financiamento, estrutura das escolas, políticas e programas, modelos de gestão, avaliação e currículo, entre outros).

Considerações finais

Diante das reflexões e dos resultados das pesquisas analisadas, pode-se perceber que o paradigma de educação em vigência, pautado pelas políticas de avaliação, está em sintonia

com a lógica capitalista, cujo projeto político-pedagógico tem por objetivo a manutenção do sistema e da alienação da classe trabalhadora aos espaços sociais e culturais que, durante muito tempo, pertenceu apenas à elite. A problematização dessa configuração educacional é necessária para o rompimento de mecanismos e políticas que induzem a vivência de uma educação fragmentada, análoga à empresa e indiferente dos anseios das comunidades locais.

Em relação aos limites apresentados na presente pesquisa, destaca-se que são os poucos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação. As lacunas são apontadas por utilizar apenas trabalhos de um Programa, de um único estado do Nordeste, sendo necessário novas pesquisas ampliando outros Programas na região Nordeste.

A concepção de educação em pauta mantém o empobrecimento de práticas educativas que negam o direito à educação integral aos filhos da classe trabalhadora e evidencia o *status quo* de uma sociedade desigual e excludente. Defende-se o resgate político-social do sentido da educação plural, multicultural e multidimensional que tenha como base a realidade das comunidades local e escolar, os conhecimentos acumulados historicamente e cientificamente, e o compromisso político social, cultural, econômico e educacional na construção de um modelo de educação que tenha como referência a democratização da educação e da escola pública. Eis, portanto, o desafio!

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007.

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013.

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas educativas e avaliação das escolas: por uma prática avaliativa menos regulatória. In: COSTA, J. A.; NETO-MENDES, A.; VENTURA, A. (Orgs.). **Avaliação de organizações educativas**: actas do II Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar. Aveiro, Universidade, 2002.

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014.

AFONSO, Almerindo Janela. Tendências regulatórias e impactos nas desigualdades educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-16, 2019.

BALL, Stephen John. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 2, 2002, pp. 3-23 Universidade do Minho Braga, Portugal.

FERREIRA, Viviane Maria da Silva. **O Bônus de Desempenho Educacional do estado de Pernambuco: a realidade em escolas estaduais na cidade de Garanhuns**. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

FLACH, Simone de Fátima. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 9-17, set./dez. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Fernanda Karina Souto Maior de. **O Ideb e a atuação do gestor escolar na rede estadual de ensino de Alagoas**. 2023. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

RIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da Literatura e Revisão Sistemática da Literatura. **Relva**, Juara, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.

ROCHA, Paula Rejane Lisboa da. **Novo gerencialismo e o gerente educacional no contexto do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco: uma análise na ótica da governamentalidade**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ROSÁRIO, Elaine de Holanda. **O estilo profissional docente: a interferência do Ideb na atividade de duas professoras em Maceió – AL**. 2019. 194 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Karla de Oliveira. **A Prova Brasil e a participação da criança cidadã em uma escola pública de São Miguel dos Campos – AL**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, Edva Emanuelle Gomes da. **Implicações dos dispositivos de *accountability* para o trabalho docente na educação municipal de Maceió**. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Simone da Costa. **A gestão pedagógica e o Ideb: metamorfoses na sala de aula**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

VIEIRA, Izabella da Silva. **Avaliações em larga escala e o novo gerencialismo na educação: atuação do gestor educacional em Alagoas**. 2017. 169 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

Nota

ⁱ Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (Orealc), Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca).

Sobre os Autores

Givanildo da Silva

Doutor em Educação. Professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional.

E-mail: givanildo.silva@cedu.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5490-6690>

Alessandra de Moura Mendonça

Professora da rede estadual de educação. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional.

E-mail: alessandra.mendonca@cedu.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2148-1398>

Vinícius André da Silva Santos

Pedagogo pela UFAL. Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional.

E-mail: viniciusandre32@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1863-4047>

Recebido em: 12/03/2025

Aceito para publicação em: 09/01/2026